



Antecedentes do jornalismo ambiental no Brasil e em Portugal: abordagens preliminares¹

Antonio Teixeira de Barros
Câmara dos Deputados / Instituto de Educação Superior de Brasília
Jorge Pedro Sousa
Universidade Fernando Pessoa

Resumo

Apresenta etapa preliminar de pesquisa sobre os antecedentes do jornalismo ambiental no Brasil e em Portugal. Traça um panorama explicativo sobre os diversos fatores que contribuíram para tornar a ecologia um tema de relevância no noticiário luso-brasileiro. A investigação histórica contribui para a compreensão do processo de formação do campo de jornalismo ambiental nos dois países, de forma sistemática, diacrônica e relacional, a partir da interação sócio-histórica de cinco atores: (a) a comunidade científica; (b) as instituições do Estado; (c) os movimentos sociais; (d) os partidos políticos de esquerda, especialmente os partidos verdes; (e) as organizações ambientalistas não-governamentais. A partir desses cinco pólos apresenta-se um esquema de correlação entre esses diferentes atores e suas influências na cobertura de imprensa sobre ambiente no Brasil e em Portugal.

Palavras-chave: Antecedentes do jornalismo ambiental no Brasil e em Portugal; evolução do jornalismo ambiental.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo analisar, do ponto de vista histórico, quais os atores e fatores que mais exerceram influência sobre o jornalismo ambiental no Brasil e em Portugal e como se caracterizam as relações entre os atores ecológicos nos dois países. Para isso, apresenta uma periodização das diferentes fases do ambientalismo no contexto luso-brasileiro e suas influências diretas e indiretas na cobertura da imprensa.

Há vários paralelos entre Brasil e Portugal no que se refere à formação dos movimentos em defesa do meio ambiente. As convergências são extensivas aos paradigmas jornalísticos, especialmente no que se refere a assuntos como proteção à fauna e à flora, combate à poluição, desenvolvimento sustentável, gestão de resíduos sólidos, análise de impactos ambientais e aquecimento global. Historicamente, o jornalismo exerceu papel expressivo na divulgação da agenda ambiental, um fenômeno internacional. Inicialmente, a ecologia era tratada de forma episódica e fragmentada, mas com o passar o

¹ Trabalho apresentado no GT de Jornalismo e Editoração do Inovcom, evento componente do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. O texto é resultado da primeira etapa de uma pesquisa mais ampla sobre um paralelo entre os estudos de jornalismo ambiental no Brasil e em Portugal, no âmbito de um projeto de pesquisa pós-doutoral vinculado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, sob a tutoria do Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa. A segunda etapa da pesquisa será focada em análise empírica dos estudos de jornalismo ambiental nos dois países.



tempo, tornou-se um supertema, ao romper a lógica de assunto eventual da agenda da mídia para tornar-se uma questão com abordagem continuada e complexa².

Além da diversidade de atores, a imprensa passou a destacar diferentes fatores relacionados aos temas ambientais (fatores naturais, políticos, econômicos, culturais, ideológicos). Trata-se de um discurso condicionado por múltiplos fatores (Sousa, 2000). Nos dois países, grande parte das notícias sobre ambiente tem como referente ações do Estado, da comunidade científica e das organizações ambientalistas. O jornalismo, como discurso social poroso e permeável, recebe influências de todas as vertentes do discurso ecológico, portanto.

2. CONVERGÊNCIAS HISTÓRICAS

O estudo proposto requer ampla contextualização das convergências históricas entre os dois países, como o protagonismo da comunidade científica, as semelhanças na configuração ideológica e pragmática dos movimentos ambientalistas, a constituição da agenda ambiental, a influência de organismos internacionais como e a pauta da imprensa.³ Ainda na década de 60 devemos destacar as discussões desencadeadas pelo Clube de Roma (criado em 1968), que culminou com a publicação de dezenas de relatórios e informes sobre a natureza das crises globais e localizadas, incluindo as crises do petróleo; a limitação dos recursos naturais; o uso racional dos recursos hídricos nas cidades; as conseqüências do regime econômico vigente nos países industrializados e

² Em levantamento preliminar já realizado constatou-se que não há registro de estudos sobre jornalismo ambiental na década de 1970 nos dois países. Nessa década os estudos se limitaram ao campo das Ciências da Natureza e das Ciências Sociais. A partir da metade da década de 1980 é que as investigações acerca do jornalismo ambiental começaram a ser publicadas, tanto no Brasil como em Portugal, mas ainda de forma tímida e esparsa. A profusão de estudos sobre o tema é característica da década de 1990, impulsionados pela cobertura jornalística acerca da Rio 92. Outro pico de produção de investigações sobre jornalismo ambiental ocorreu com a assinatura do Protocolo de Kyoto (1997) e a divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2003 a 2007).

³ Antes, contudo, é necessário situar a discussão sobre a emergência do jornalismo ambiental e seus antecedentes históricos nos dois países mencionados de maneira mais abrangente. O debate sobre meio ambiente é resultante histórica do agravamento da crise desencadeada pelos problemas urbanos globais, cuja tematização tornou-se mais sistemática a partir das primeiras décadas do século XX. Mesmo sem pretender apresentar uma historiografia completa, destacaremos a seguir alguns dos principais documentos e fatos que marcaram o desenvolvimento do pensamento ecológico em termos mundiais, que influenciaram diretamente o ambientalismo no Brasil e em Portugal. Em 1925, na Suíça foi assinado o Protocolo de Genebra, o qual proibia o uso de gases asfixiantes, tóxicos e seus congêneres. Igualmente, proibia o emprego belicoso de armas bacteriológicas. Outro documento do mesmo porte, a Convenção para a Proteção da Flora, Fauna e Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, é de 1940. Após 18 anos, foi assinada a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo (1958). No ano subsequente, foi a vez do Tratado da Antártida (1959), o qual tinha como objeto a recomendação do uso pacífico das pesquisas científicas realizadas no Pólo Sul. Em 1963 foi assinado o Acordo sobre Uso de Armas Nucleares no espaço Cósmico, na Atmosfera e sobre a Água. Em 1968, a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) promoveu a Conferência Intergovernamental sobre o Uso Racional e Conservação da Biosfera. Neste mesmo ano, a ONU (Organização das Nações Unidas), por meio de sua Assembléia-Geral, autorizou a realização da I Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, que seria realizada quatro anos depois, em Estocolmo, Suécia (a Eco 72).



em desenvolvimento; o elevado crescimento populacional nos centros urbanos; o impacto dos assentamentos humanos no meio natural e o crescimento desordenado das metrópoles; modelos energéticos; problemas de ordem macro-econômica; implementação de modelos micro-econômicos, entre outros temas diretamente relacionados com a organização sócio-econômica e a dinâmica ambiental (Meadows et al, 1978). Na primeira reunião do Clube de Roma, em 14 de abril de 1968, na *Accademia dei Lincei*, participaram cerca de 30 pessoas, entre cientistas, educadores, economistas e industriais, a maioria da Europa e América do Norte.

A distribuição mundial de poluentes tornou-se um dos temas centrais dos relatórios do Clube de Roma, talvez o elemento principal no processo de instauração de um ambientalismo global, o que afetou diretamente a agenda ambiental dos países europeus e americanos, incluindo Portugal e Brasil. Cada vez mais os estudos demonstravam que muitos tipos de poluentes possuíam a característica perigosa de poderem ser distribuídos, via atmosfera, pelo mundo inteiro, ou pelo menos por boa parte dele. Uma pesquisa realizada pela *National Academy of Sciences*, em Washington, nos Estados Unidos, chamava atenção para o fato de que, embora a Groenlândia estivesse bem longe de quaisquer fontes de poluição atmosférica por resíduos de chumbo, a quantidade desse poluente em suas áreas geladas crescia vertiginosamente, atingindo uma taxa de 300%, em 1940. O estudo concluía que o crescimento exponencial da poluição e sua distribuição pelo planeta constituía decorrência direta do crescimento populacional e da industrialização.

No contexto internacional mais abrangente, a ecologia tornou-se, a partir de 1950, um tema de amplo interesse social, deixando de ser objeto de estudo de áreas específicas, como a Biologia e a Agronomia. Houve, na realidade, uma convergência de discursos que possibilitaram tal fenômeno. As sociedades científicas começaram a debater o assunto em congressos e conferências, alertando para a dimensão política e social do problema, com a repercussão ampliada pelas entidades ambientalistas; a imprensa passou a conferir importância a tais manifestações; os governos começaram a sentir-se pressionados para agir de forma a coibir atos abusivos contra a natureza. Assim, ampliou-se progressivamente o debate sobre o assunto, fazendo com que o mesmo adquirisse uma conotação horizontal, passando a integrar a agenda pública.⁴

⁴ Ainda no final dos anos de 1960 merece destaque também a criação da Agência Espacial para a Proteção Ambiental (EPA), em 1969, pelos Estados Unidos, movidos pelas idéias e pressões da ONU, Unesco e do Clube de Roma. No início da década de 1970, foi de acentuada relevância para o avanço do debate sobre meio ambiente e os problemas urbanos a Reunião de Founex, realizada na Suíça, em junho de 1971, em preparação à Conferência de Estocolmo



A Conferência de Estocolmo (Eco 72), o primeiro evento mundial sobre meio ambiente, realizada em junho de 1972, sob os auspícios da ONU⁵, constituiu um marco para o alastramento do pensamento ecológico. Entre os temas de sua pauta, contemplou com mais ênfase os seguintes: recursos naturais, direito do mar, atividades industriais poluidoras, atividades espaciais, entorpecentes, direitos humanos, população e uso de energia atômica. Contudo, o debate sobre o tema não nasceu em Estocolmo, merecendo destaque a atuação do Clube de Roma, desde 1968, como já foi mencionado. Entretanto, em termos globais, desde Estocolmo, a preocupação maior, em âmbito governamental, tem sido com o destino do lixo, a poluição e o desgaste da camada de ozônio.

Esse período histórico é relevante para a compreensão dos antecedentes que influenciaram na configuração política, ideológica e midiática do ambientalismo no Brasil e em Portugal. Entretanto, é necessário ressaltar que, nas décadas de 1950 a 1970, os dois países exerceram papel secundário nas conferências internacionais. O Brasil ficou à sombra dos Estados Unidos e Portugal limitou-se a repercutir a agenda europeia, com adaptações à sua realidade (Cautela, 1975; Viola, 1987).

O debate ecológico assumiria maior escopo no Brasil e em Portugal (e muitos dos demais países que ainda estavam à margem dessa agenda) com a realização da II Conferência da ONU sobre meio ambiente. Assim, partir da Eco 92 ou Rio 92 é que a participação desses dois países tornou-se mais expressiva e suas agendas mais dinâmicas no que se refere aos temas ecológicos. Com a Rio 92 (Eco 92), foram incorporados à agenda internacional temas como biodiversidade, biotecnologia e proteção das florestas, ampliando o espectro temático da Eco 72.⁶

A Rio 92 foi considerada um megaevento diplomático e político do mundo no que se refere à questão ambiental. A conferência teve como objetivos estabelecer medidas legais para a preservação da biodiversidade e para o controle das alterações

(1972). A pauta destacou a integração de estratégias de desenvolvimento com estratégias de preservação ambiental, o que desencadeou a discussão sobre o que se chamaria posteriormente de ecodesenvolvimento. Ainda no mesmo ano o *Greenpeace*, organização conservacionista não-governamental, lança sua agressiva agenda de protestos civis e táticas de não-violência para a defesa do meio natural, da fauna e da flora, na Alemanha. No Reino Unido, nesse mesmo ano, foi criado o International Institute for Environment and Development (IIED). Ainda na década de 1970 cabe destacar a Convenção de Ramsar sobre a proteção de zonas úmidas (1971); a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Ameaçadas de Extinção (1973).

⁵ As primeiras conferências mundiais da ONU sobre População são consideradas as precursoras da Conferência de Estocolmo, uma vez que foi nessas duas conferências que a temática ambiental foi cogitada durante os debates, embora ainda de forma tímida. Trata-se da *Conferência de Roma* (1954) e da *Conferência de Bucareste* (1965).

⁶ Do ponto de vista oficial, até a Rio 92, Brasil e Portugal ainda não tinham formulado uma agenda ambiental própria, embora a discussão já fosse expressiva no âmbito científico e universitário. Entretanto, do ponto de vista de agenda oficial e da cobertura de imprensa, em ambos os países, identifica-se um caráter tardio da discussão ecológica, limitada ao controle da poluição urbana, ao destino dos resíduos sólidos e à conservação de amostras de ecossistemas naturais, mediante a delimitação de reservas e parques ecológicos (Bueno, 1985; Schimidt, 2003; Pereira Rosa, 2006).



climáticas. A Eco 92 constituiu grande um evento internacional de diplomacia ambiental, que teve ampla repercussão no Brasil e em Portugal, ao contrário dos eventos anteriores.

3 PANORAMA HISTÓRICO DO AMBIENTALISMO NO BRASIL E EM PORTUGAL

Uma análise preliminar da bibliografia disponível sobre a história do ambientalismo no Brasil e em Portugal revela uma série de convergências e semelhanças. Portugal criou sua primeira organização ambiental em 1947, logo após a Primeira Guerra Mundial. Trata-se da *Liga para a Protecção da Natureza (LPN)*, de orientação conservacionista, voltada para a preservação da fauna e da flora. A LPN exerceu papel fundamental na promoção de estudos técnicos, mas, inicialmente, evitou manifestações abertamente políticas, devido ao regime de Salazar.⁷

No Brasil, apesar das semelhanças com Portugal, os antecedentes do movimento ecológico propriamente dito remetem a 1958, uma década depois, quando foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, a qual, como expressa o próprio título, possuía caráter exclusivamente preservacionista (Viola & Leis, 1992). Contudo, as primeiras manifestações públicas contra a degradação do meio ambiente, com propostas oriundas tanto do Estado como da sociedade civil, surgem somente no início da década de 1970, coincidindo com o período de debates inaugurados pela Conferência de Estocolmo. É mister assinalar ainda que a emergência do ambientalismo no Brasil não estava vinculada apenas ao contexto e às pressões internacionais, mas também fazia parte de um amplo processo de transformações da complexa realidade nacional da época, abrangendo tanto a esfera política como a econômica e a social. Contudo, ressalta Ferreira (1993, p.37), que “... a influência da Conferência da ONU no Brasil efetuiu-se em pouco tempo apenas para um público mais restrito, alvo da literatura especializada, ou sob inspiração direta de lideranças individuais”.⁸

⁷ De 1948 a 1965, a LPN editou a revista *Protecção da Natureza*, cuja tônica editorial foi dada a temas como poluição, preservação das espécies e defesa do patrimônio natural da África portuguesa. Nesse período, o debate sobre meio ambiente em Portugal ficou restrito às iniciativas da LPN, o que se explica pela conjuntura política. O regime comandado por Salazar não admitia pluralismo ideológico. Como estratégia, a LPN tentou manter-se isenta em relação ao debate político mais amplo e limitava-se a publicar material de cunho técnico-científico sobre os temas mencionados, com apoio de professores da Faculdade de Ciências de Lisboa e do Instituto Superior de Agronomia. A partir de 1965 é que o ambientalismo português começou a adquirir outras nuances, com o surgimento de novas tendências de ecocrítica (Soromenho Marques, 1996).

⁸ Isso em muito contribuiu para que, em termos institucionais, o alcance do movimento ecológico-ambientalista fosse bastante limitado no contexto brasileiro. A bibliografia sobre o assunto registra, imprecisamente, apenas o fato de que existiam “algumas poucas associações que realizavam campanhas de denúncia e conscientização pública de âmbito



Em Portugal, como destaca Rodrigues (2008), os movimentos em defesa da natureza receberam influências diretas de países europeus, sobretudo Suécia, Noruega e Holanda. Apesar das influências desses países no Brasil, a configuração norte-americana foi mais delineada, sobretudo no que se refere às chamadas organizações não-governamentais (ONGs).

Outras características comuns desta fase do ambientalismo no Brasil e em Portugal são a denúncia e a conscientização pública sobre os problemas ambientais locais e regionais, destacando-se a defesa de parques ecológicos, da fauna e da flora e o combate à poluição urbana. A partir da metade da década de 1980, o movimento ambientalista – nos dois países - começa a adquirir maior complexidade, superando a fase do denunciamento⁹. Essa nova etapa representou ainda uma mudança radical na cultura ambiental, com ênfase para projetos políticos mais abrangentes, a fim de exercer influência sobre as agências estatais, o Poder Legislativo, a comunidade científica e o empresariado, especialmente no Brasil (Viola & Leis, 1992).

Outro dado a ser observado diz respeito à mudança de posição dos ambientalistas brasileiros e portugueses em relação à esfera econômica, o que passa a ocorrer de forma mais clara no final da década de 1980. Até então, ecologia e economia

local, as quais obtiveram mínima repercussão na opinião pública” (Viola, 1987; Viola & Leis, 1995). No início dos anos 80, é que começaria o *boom* ambientalista, quando se tornaram possíveis campanhas bem-sucedidas em nível regional e o crescimento da base ecologista. As entidades cadastradas passam de quarenta, em 1980, para quatrocentas, em 1985, quando o ambientalismo brasileiro ainda apresentava caráter acentuadamente bissetorial, ou seja, fundamentado em grupos de base (não-governamentais) e entidades governamentais, sobretudo as agências estatais de meio ambiente, sendo que esses dois setores apresentavam uma relação simultaneamente complementar e contraditória (Viola & Leis, 1992). A agenda dessa época estava circunscrita ao controle da poluição urbana e à preservação de ecossistemas naturais (Viola 1992). As associações ambientalistas, que mais tarde se tornariam Organizações Não-Governamentais (ONG's), surgiram sob forte influência do movimento verde norte-americano e europeu.

⁹ Os movimentos ambientalistas no Brasil e em Portugal apresentam uma série de semelhanças do ponto de vista do cariz ideológico e das temáticas discutidas, especialmente ao longo das décadas de 1970 e 1980. Nessa época, tanto no Brasil como em Portugal surgem vozes contrárias ao capitalismo e à visão tecnoburocrática da ecologia. A situação política assemelhada, devido ao regime militar no Brasil e ao regime de Salazar em Portugal causou o exílio de vários líderes socialistas que também eram militantes de movimentos verdes. No caso de Portugal destaca-se a atuação de António José Saraiva, que viveu a última parte do seu exílio na Holanda, um país que tinha já naquela época uma ampla agenda ambiental (Rodrigues, 2008). Outros líderes ecológicos portugueses foram Afonso Cautela, Afonso Barros e Viriato Soromenho Marques. No Brasil, podemos destacar a militância de Fernando Gabeira, um dos fundadores do Partido Verde e ainda hoje militante ambiental. Gabeira ficou exilado durante o regime militar, de 1970 a 1979. Em dez anos de exílio, esteve em vários países, como Chile, Suécia e Itália. Cabe destacar ainda a contribuição de José Goldenberg, Fábio Feldman. Nos dois casos, existem várias outras convergências como as manifestações ecopacifistas que condenavam o uso de energia nuclear e os empreendimentos bélicos. Esses movimentos perderiam força nos anos de 1980, tanto no Brasil como em Portugal, por motivos distintos. No Brasil, devido ao início da abertura política, a anistia dos exilados políticos e a emergência de movimentos verdes ancorados mais em estudos técnicos e menos em ideologia. Em Portugal, o principal motivo foi a adesão do País à Comunidade Econômica Européia (CEE), em 1986, o que motivou o Governo português a se integrar à agenda ambiental européia, voltada para a definição de políticas para a gestão de resíduos sólidos, de uso sustentável da água, controle da poluição e defesa do patrimônio natural. Inicia-se, em Portugal, a fase do ambientalismo pragmático, motivado pela agenda européia. O Brasil fora impelido para a mesma tendência pelos organismos internacionais, especialmente a Organização das Nações Unidas (ONU), que criticavam a falta de instrumentos legais para conter o desmatamento da Amazônia.



eram concebidas como dois campos opostos. Contudo, mais precisamente a partir de 1988, conforme registram Viola & Leis (1992), essa postura mudou significativamente, o que se deve a vários fatores, destacando-se: (a) as contribuições do socioambientalismo, o qual relacionava a ecologia com todos os campos sociais; (b) influência do pensamento ecológico internacional, o qual atentava para os liames entre economia e ecologia; (d) influência do Relatório Brundtland, que alertava para a necessidade dessa relação. O processo resultou, portanto, de um conjunto de fatores internos e externos, tanto no Brasil quanto em Portugal.

Portugal também recebeu pressões externas, como destacam Rodrigues (2008) e Soromenho Marques (2001), especialmente dos ambientalistas ecocêntricos britânicos e dos movimentos conservacionistas dos Estados Unidos. A influência em Portugal se traduziu na criação de parques ecológicos e em campanhas de preservação dos mananciais, das serras e dos ecossistemas ainda intactos.¹⁰ Nesse ponto, Portugal e Brasil também se assemelham, pois nos dois países o papel de instituições não-governamentais do ambiente foi relevante tanto do ponto histórico como na atualidade. Aprofundar a documentação e o estudo minucioso desses antecedentes históricos será fundamental para a compreensão dos diversos fatores sociais, culturais, políticos e ideológicos que contribuíram para a formação de modelos jornalísticos para divulgação de notícias sobre temas de natureza ambiental, nos dois países em questão.

4. ANTECEDENTES DO JORNALISMO AMBIENTAL NO BRASIL E EM PORTUGAL

¹⁰ Nesse processo, várias entidades ambientalistas exerceram papel de destaque como o GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente) fundado em 1981, com o objetivo de promover a consciência pública sobre desenvolvimento sustentável, o associativismo, a defesa do patrimônio natural, dos valores culturais e da qualidade de vida das pessoas. Na atualidade, o GEOTA estimula o trabalho voluntário e a participação dos cidadãos. Entre suas diretrizes de trabalho destacam-se a independência face às instituições oficiais, interesses econômicos, corporativos e ideológicos. A Associação Nacional de Conservação da Natureza (*Quercus*), outra organização não-governamental, criada em 1985 também ofereceu contribuição significativa no passado e continua a ocupar papel de destaque no presente. A denominação *Quercus* não se refere a uma sigla, mas à designação em latim das espécies da flora mais característica dos biomas portugueses, como os carvalhos, as azinheiras e os sobreiros. Assim como o GEOTA, a *Quercus* também é uma associação independente, apartidária, de âmbito nacional, sem fins lucrativos (Pereira Rosa, 2006). Inspiradas na Declaração de Estocolmo (1972), e na Declaração do Rio (1992), essas duas entidades defendem a cooperação internacional para a defesa da biodiversidade, como patrimônio natural da humanidade. Os integrantes da associação valorizam contribuição da comunidade científica, especialmente as investigações de natureza interdisciplinar. A variedade de organizações ambientalistas em Portugal é muito vasta, o que inviabiliza um levantamento completo. Entretanto, cabe mencionar outras instituições significativas, como o Núcleo Português de Estudo e Protecção da Vida Selvagem (*N.P.E.P.V.S.*), o Grupo de Acção e Intervenção Ambiental (GAIA), a Associação Terra Viva e outras. Todos esses movimentos têm a mesma inspiração e objetivos convergentes, voltados para a defesa da flora, da fauna, dos monumentos naturais e do patrimônio biofísico (Pereira Rosa, 2006).



No que se refere aos diferentes discursos sobre ecologia que podem ser considerados antecessores do discurso da imprensa, tanto no Brasil quanto em Portugal, basicamente, o debate se concentra em cinco pólos discursivos: (a) a comunidade científica; as instituições do Estado (b); (c) os movimentos sociais; (d) os partidos políticos de esquerda, especialmente os partidos verdes; (e) as organizações ambientalistas não-governamentais. A partir desses cinco pólos apresentaremos um esquema inicial de correlação entre esses diferentes atores ambientais e suas influências na cobertura de imprensa sobre ambiente no Brasil e em Portugal.

4.1 As influências da comunidade científica

O discurso científico é caracterizado na literatura analisada como uma vertente que estende os questionamentos do campo ambiental a um contexto mais amplo, que põe em xeque todo o sistema mundial de produção econômica. Esse discurso propõe-se ainda a criticar o estilo de vida e o modo de produção na sociedade industrial, como é o caso das Ciências Sociais. Tanto no Brasil como em Portugal, foi desse ramo das ciências que surgiram relevantes contribuições relativas às conseqüências da exploração indiscriminada de recursos naturais e acerca dos riscos da poluição urbana (Viola, 1987; Schimidt, 2003).

No âmbito de um processo de revisão teórica e metodológica do campo das Ciências Sociais, a partir da década de 1980 amplia-se o interesse acerca dos fundamentos epistemológicos de uma nova área: as *ciências sociais do ambiente*, entendidas como “um novo domínio inter e transdisciplinar”. As primeiras iniciativas situam-se no campo de investigação denominado *ecológico-político*, ou seja, uma tentativa de compreender o contexto que propiciou a formação do ambientalismo no Brasil e em Portugal, bem como a instituição de suas estratégias, procedimentos e protocolos formais (Schimidt, 2000).

O que se pode inferir é que o discurso científico constitui dos antecedentes primordiais do jornalismo ambiental devido à credibilidade da ciência e das instituições científicas. Além disso, cabe destacar a relevância desse modelo científico voltado para a análise de fenômenos ambientais, o qual estabelece vínculos com o cotidiano e com os problemas concreto das pessoas, como os efeitos da poluição na saúde humana e os males causados pelos agrotóxicos na produção de alimentos. Dessa forma, a divulgação científica de temas ecológicos pela imprensa coaduna com a lógica do próprio jornalismo, que prima pelos critérios de proximidade e relação direta com a vida dos receptores.



4. 2 As influências de instituições do Estado

O Estado, em ambos os países, exerceu papel reativo, no que se refere à divulgação de temas ambientais. A polarização entre discurso científico e discurso oficial predominou nas primeiras fases do ambientalismo nos dois países, marcado pela dicotomia entre os diagnósticos e prognósticos negativos da comunidade científica e o discurso do Estado, voltado para a produção do consenso, nos dois países.

A produção de um discurso consensual do Estado sobre ecologia induz a sociedade a um tom conciliatório, como estratégia para neutralizar as possíveis atitudes céticas ou contestatórias em relação à eficiência do Estado, em termos de política ambiental. Com isso, o Estado imprime, na opinião pública, a idéia de que está sendo operante no que diz respeito à questão ambiental. Essa estratégia também é comum nos dois países, mas com maior ênfase no caso brasileiro, devido às pressões sobre os biomas considerados de relevância internacional, especialmente no caso da Amazônia.

As influências mais diretas desse embate entre atores científicos e estatais na cobertura sobre ambiente no Brasil e em Portugal resultaram em modelo jornalístico baseado na polarização entre o diagnóstico e o prognóstico. Enquanto os estudos científicos divulgados pela imprensa apresentavam dados negativos sobre poluição, por exemplo, com um amplo diagnóstico sobre o problema nas grandes cidades brasileiras e portuguesas, no mesmo noticiário os órgãos estatais apresentavam um discurso reativo, com ênfase para as medidas de contenção do problema e prognósticos otimistas em relação ao futuro.

Outra influência direta desse embate foi a consagração de fontes oficiais na cobertura de imprensa sobre ambiente no Brasil e em Portugal, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. Os órgãos públicos tornaram-se os principais fornecedores de informações para a imprensa, inclusive do âmbito científico, uma vez que, nos dois países, as instituições científicas, em sua maioria, são vinculadas ao Estado, como as universidades públicas e os principais institutos de pesquisa. Assim, mesmo os estudos ecológicos de cunho científico aparecem como decorrentes de informações oriundas de entidades científicas do Estado, o que reforça a interferência das fontes oficiais.

4. 3 As influências de movimentos sociais, partidos políticos e organizações ambientalistas



Esses três atores devem ser analisados em conjunto, uma vez que surgiram de uma mesma matriz de pensamento e utilizaram estratégias discursivas similares, decorrentes de uma mesma arena de ação e de um esquema interpretativo compartilhado, com enquadramentos direcionados para convencer a opinião pública de suas reivindicações (Gitlin, 1980; Fucks, 1998; Pereira Rosa, 2006).¹¹ Com o surgimento de novos atores sociais, a temática ambiental foi diversificada e ampliada, especialmente com o surgimento de organizações intergovernamentais (OIGs), movimentos ecologistas transnacionais (METs), movimentos ecologistas nacionais (MENs) e movimentos ecologistas comunitários (MECs), como registra Scherrer-Warren (1996).

A conjunção de tantos e diferentes atores sociais justifica-se pelo fato de que o ambientalismo apresenta-se como portador de valores e interesses que se sobrepõem às diferenças de gênero, etnia, religião, classe social, nível de renda e de instrução, público e privado, e de nacionalidade ou região. Trata-se, pois, de um conjunto de reivindicações que dispensa os elementos corporativos, partidários ou particulares. Não há uma identidade específica, mas global, embora seja necessário ressaltar que o global pressupõe o local e o regional.

Essa pluralização dos movimentos sociais em defesa do ambiente favoreceu a inserção de suas visões na agenda da mídia. Esse fenômeno coincide com os anseios de liberdade de expressão nos dois países, uma das bandeiras da imprensa. Coincide com a época da abertura política (nos dois países), das reivindicações pela redemocratização, com destaque para as manifestações sociais da sociedade civil organizada. Surgem, então, novas relações de poder, a partir da emergência de novos atores sociais e políticos como os ambientalistas e os "*políticos verdes*".

As ONGs e as entidades ambientalistas tornaram-se, então, porta-vozes dos movimentos reivindicatórios, manifestações e projetos de educação ambiental. Esse discurso é reforçado pelos partidos políticos que são claramente defensores da causa ambiental. Assim, esses movimentos contribuíram para a diversificação das pautas

¹¹ É oportuno destacar ainda que esses movimentos não conseguiram atenção da imprensa de imediato. Há um longo histórico de rejeição do discurso dos movimentos sociais pela mídia, tanto no Brasil como em Portugal. No caso específico dos movimentos ambientais, houve até uma fase de estigmatização como *ecochatos* e *ecoixitas*. Entretanto, com o passar do tempo, os movimentos sociais contribuíram para fortalecer a complexa relação entre ecologia, política e globalização, um dos enquadramentos iniciados pelas Ciências Sociais. É neste quadro que o ambientalismo se afirma como força política, tanto no que diz respeito à constituição de um corpo específico de valores como na definição e agregação de atores com ele envolvidos. Como ressalta Figueiredo (1996, p.120), "como qualquer força que atua nas sociedades, o ambientalismo está sujeito a resistências e oposições que o desafiam, diversificam e redefinem".



ecológicas e do uso de fontes de informação, contribuindo para um jornalismo ambiental mais pluralista e abrangente.

4.4 A emergência de um supertema na agenda jornalística

Na perspectiva da teoria multifactorial da notícia (Sousa, 2000), a consolidação do ambientalismo como um supertema da agenda jornalística deve ser analisada a partir da combinação de diferentes atores e fatores. Assim, todos os cinco pólos discursivos aqui analisados contribuíram de modo efetivo para a construção de uma arena permanente de debates sobre ambiente. Assim, a ecologia foi transformada em uma questão de amplo e permanente interesse social.

Conforme o pensamento de Viola e Leis (1987, 1992, 1995), essa conjunção de atores e fatores foi possível devido à emergência do *ambientalismo* multissetorial, o qual rompeu as barreiras ideológicas do *ambientalismo bissetorial*¹² e permitiu a constituição de uma rede com a participação de diferentes atores sociais, como movimentos políticos e sociais, empresários, cientistas, agências governamentais ou internacionais. Essa rede é que teria gerado as condições sociais necessárias para a difusão ampla e transversal dos valores ambientalistas, tornando a ecologia um tema horizontal na imprensa, ou seja, de interesse geral.

Outro fator que contribuiu para a consolidação do ecologismo como grande tema da imprensa foi a mudança de posição dos ambientalistas em relação à esfera econômica, o que passa a ocorrer de forma mais clara no final da década de 1980, nos dois países. Até então, ecologia e economia eram vistas como dois campos opostos. Contudo, essa postura mudou significativamente, o que se deve a vários fatores, destacando-se: (a) as contribuições do sócio-ambientalismo, o qual relacionava a ecologia com todos os campos sociais; (b) influência do pensamento ecológico internacional, o qual atentava para os liames entre economia e ecologia; (c) influência do Relatório Brundtland (*Nosso Futuro Comum*, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987), que alertava para a necessidade

¹² Segundo os autores mencionados, o *ambientalismo bissetorial* predominou após a Segunda Guerra Mundial até a década de 1970, com a polarização entre movimentos conservacionistas e o Estado. O *ambientalismo multissetorial* rompeu essa dicotomia, ao aglutinar pelo menos oito novos atores sociais, com diferentes graus de integração e interlocução: (1) ambientalismo conservacionista; (2) o ambientalismo governamental; (3) o sócio-ambientalismo; (4) o ambientalismo dos cientistas; (5) o ambientalismo empresarial; (6) o ambientalismo político; (7) o ambientalismo religioso; e (8) o ambientalismo dos educadores. A pesquisadora Agripa Faria Alexandre critica a interpretação do movimento ambientalista brasileiro como um movimento *histórico e multissetorial*. Em contraposição, ela apresenta a teoria do *ambientalismo político, seletivo e diferencial* (Alexandre, 2000).



dessa relação. O processo resultou, portanto, de um conjunto de fatores internos e externos.

O pensamento ecológico *multissetorial* é situado ainda no âmbito da emergência de um novo modo de produção do conhecimento que, tem como atributos básicos a produção de saberes no contexto de aplicação e a transdisciplinaridade (Gibbons *et al.* 1994)¹³. Isso significa que este novo cenário de saberes não corresponde mais à idéia de conhecimento monodisciplinar, produzido e legitimado apenas dentro dos limites e fronteiras de cada campo de saber isoladamente. Esse *novo modo* requer ainda: heterogeneidade e diversidade organizacional, responsabilidades compartilhadas pelos diversos atores sociais envolvidos e controle de qualidade.¹⁴

Knorr-Cetina (1981); Latour e Woolgar (1997), autores referenciais da teoria construtivista do conhecimento, vão além e caracterizam esse novo modo de produzir ciência como uma arena transc científica e uma rede sócio-técnica, respectivamente. Para o primeiro, a produção e validação do conhecimento não podem ser concebidas como processos separados e puramente orgânicos (sujeitos apenas à opinião de especialistas de cada área), uma vez que a opinião de cientistas de outras áreas e interferências do próprio contexto são cada vez significativas. Para o segundo autor, a tecnologia, os serviços, equipamentos e financiamentos são tão importantes quanto os recursos humanos em si, os pesquisadores, na rede sócio-técnica de pesquisa. Daí porque ambos tanto valorizam os aspectos contingenciais e as condições materiais na produção científica contemporânea.

Nesse contexto, o jornalismo, como campo social dinâmico e permeável às transformações operadas nos outros campos, passou a refletir essa rede de atores e

¹³ Os mesmos autores caracterizam o *novo modo* ou *modo 2 de produção da ciência* em relação ao *modo 1*, ressaltando as oposições: o *modo 1* tem como atributos principais: (a) predominância de interesses acadêmicos; (b) contexto monodisciplinar; (c) homogeneidade de tendências na comunidade científica nacional ou regional; (d) organizações científicas hierarquizadas, pouco diversificadas, centralizadas e de caráter permanente; (f) relativa autonomia de cada área científica; (g) predomínio da disseminação científica, ou seja, a divulgação de resultados de pesquisa entre os próprios pares. Já o *modo 2* apresenta os seguintes atributos: (a) predominância de interesses ligados ao contexto de aplicação do conhecimento; (b) interdisciplinaridade na produção científica; (c) heterogeneidade de tendências mesmo em âmbito nacional ou regional; (d) organizações científicas diversificadas, descentralizadas e transitórias; (e) valorização do conhecimento reflexivo; (f) ênfase à responsabilidade social da ciência; (g) maior valorização da divulgação científica, ou seja, a divulgação dos resultados de pesquisa não se limita ao circuito fechado do campo científico que os produziu (intrapares), mas atinge o grande público.

¹⁴ Benoît Godin (1998) apresenta várias críticas às análises de Gibbons e seus co-autores, destacando-se a de que a ciência não é gerada no contexto de aplicação, mas decorre do processo de interação entre as diversas esferas: universitária, empresarial, industrial, governamental, não-governamental. O autor cita estudos de História e Sociologia das Inovações, os quais mostram que a interação entre produtores de conhecimento e o contexto de aplicação não é exclusiva do *modo 2*. Godin critica ainda o fato de Gibbons e seus co-autores atribuírem ao contexto posterior à II Guerra Mundial e aos EUA e ao âmbito das Ciências Naturais a emergência do *modo 2*. A seu ver, a análise dos autores não confirma a visão de que o *modo 2* surgiu recentemente e muito menos em um país específico; além disso, não foi aplicado inicialmente só ao campo das Ciências Naturais, mas também às Humanidades.



fatores que construíram essa perspectiva multissetorial na abordagem do ambiente. É a força da ação história na conformação dos modos de se fazer jornalismo, corroborando a perspectiva da teoria multifactorial da notícia, (Sousa, 2000) de que os conteúdos e os formatos noticiosos são fruto da história. Somados a isso, destacam-se ainda os fatores políticos, ideológicos, culturais, contextuais, pessoais e tecnológicos. Todos eles combinados influenciaram a forma de produzir notícias sobre ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos anteriores (Carvalho, 1990; Fucks, 1998; Schimidt, 2003; Pereira Rosa, 2006) demonstram que, durante a de 1970, a cobertura de imprensa sobre ambiente no Brasil e em Portugal compartilha várias características comuns, como o estreito leque de categorias, com ênfase para poluição, proteção de espécies da fauna e da flora e a criação e áreas protegidas (parques, reservas ecológicas). Nessa primeira fase da cobertura de imprensa, em ambos os países, o enfoque é, pois, marcadamente conservacionista, condizente com o contexto da época, cujo discurso predominante era aquele que defendia a natureza com valor quase absoluto e intocável.

Na década de 1980, esses temas também apareceram de forma expressiva. Entretanto, outras categorias também adquirem relevância, tais como: movimentos ecológicos, estudos ecológicos, tecnologias ambientais e a emergência do mercado verde. Isso se justifica porque foi na década de 80 que novos atores passaram a ser considerados importantes pela imprensa, como os cientistas, ambientalistas e empresários. É a época da abertura política (nos dois países), das reivindicações pela redemocratização, com destaque para as manifestações sociais da sociedade civil organizada. Surgem, então, novas relações de poder, a partir da emergência de novos atores sociais e políticos como os ambientalistas e os "*políticos verdes*".

Até então, a cobertura de imprensa no Brasil e em Portugal apresentavam um discurso ecológico monolítico e monossetorial, cujo protagonista era o Estado, com a primazia das fontes oficiais. Tal perspectiva evidenciava-se mesmo quando ressaltava o conservacionismo, pois as medidas de conservação que os jornais destacavam eram aquelas conduzidas pelos órgãos governamentais. Nas décadas de 1970 a 1980, observa-se a existência de dois momentos relevantes na configuração geral do discurso ecológico-ambiental. O primeiro, marcado pela polarização entre comunidade científica e Estado, predominou nos anos 70. O segundo, mais abrangente, além desses dois atores, já incorporou movimentos ambientalistas, políticos e sociais e organizações não



governamentais, na década de 1980. Nesse último já se vislumbra um terceiro momento que se configurará na década seguinte, o qual será marcado pela intensificação das relações de poder no plano internacional.

No início da década de 1990, toda a imprensa concentrou-se na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cimeira da Terra (Eco 92 ou Rio 92). A questão política foi a tônica da cobertura de imprensa nos dois países estudados. As relações de poder entre as nações aparecem explicitamente na oposição norte-americana ao acordo sobre biodiversidade, fato que desencadeou o surgimento de tantos textos sobre o assunto.

A imprensa brasileira destacou a atuação da União Européia (UE), com ênfase para os países já considerados protagonistas da defesa de políticas ecológicas como Suíça, Alemanha e Holanda. Os jornais publicaram matérias que tratavam de tentativas de definir uma política ambiental comum, a exemplo da criação do imposto sobre consumo de combustíveis, proposta em 1991, pela Suíça, além de medidas isoladas de cada país, com ênfase para a Alemanha. Os jornais portugueses também enfatizam as notícias que dizem respeito à UE. Enfim, a cobertura internacional, nos dois países, foi limitada.

O que se observa, portanto, é que apesar das semelhanças entre o modelo de imprensa dos dois países no que se refere à cobertura de temas ambientais, o Brasil ignora a realidade ambiental portuguesa e vice-versa. Apesar das semelhanças culturais e das heranças históricas, a imprensa brasileira quando trata de temas ambientais globais volta-se para a cobertura de assuntos ecológicos dos Estados Unidos e dos países centrais da União Européia, mas ignora Portugal, África, Ásia e América Latina. A imprensa portuguesa, por sua vez, segue a mesma tendência, ao priorizar a cobertura da agenda da União Européia, ao mesmo tempo que deixa a realidade ambiental brasileira em segundo plano.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, A. F (2000). *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento*. Florianópolis/Blumenau: Ed. UFSC, EDIFURB.
- BUENO, W. da C. (1985). Jornalismo e ciência no Brasil: os compromissos de uma prática dependente. *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, v.16, n.3, pp.21-25, maio/jun.
- CARVALHO, I. C. M (1990). Ecologia: um campo estratégico. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, v.84, n.2, p.234-241, mar./abr.
- CAUTELA, A. (1975). *Estratégia ecológica e táticas antipoluição: o caso português*. Lisboa: Edições Frente Ecológica.



- FERREIRA, L. da Costa (1993). *Os fantasmas do vale: qualidade ambiental e cidadania*. Campinas: EdUnicamp.
- FIGUEIREDO, V. (1996). Globalização, meio ambiente e novos atores sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.21, n.1, jan./jun., p.119-120.
- FUCKS, M. (1998). *Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro*. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 41, n.1, 1998.
- GITLIN, T. (1980). *The whole world is watching*. Califórnia: University of California Press.
- KNORR-CETINA, K. D. *The scientist as practical reasoner: introduction to a constructivist and contextual theory of knowledge*. Oxford: Perzaman Press, 1981.
- LATOURET, B. & WOOLGAR, S. *Vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1997.
- MEADOWS, D. et al. (1978). *Limites do Crescimento*. São Paulo: Perspectivas.
- NOSSO FUTURO COMUM (1988). Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas.
- PÁDUA, J. (1986). *Natureza e Projeto Nacional: As Origens da Ecologia Política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- PEREIRA ROSA, G. (2006): *A Quercus nas Notícias*. Porto: Porto Editora.
- RODRIGUES, V. J. C. B. (2008). Subsídios para uma história do ambientalismo português. *Alcobaça Ambiente*, 11 de janeiro de 2008. Disponível em <http://ambialcobaça.blogspot.com/2008/01/subsídios>. (Consultado em 28/01/08).
- RODRIGUES, M.J., NEVES, A. & GODINHO, M. M. (2003). *Para uma política de inovação em Portugal*. Lisboa: D. Quixote.
- SCHMIDT, L. (2003). *Ambiente no Ecrã: Emissões e demissões no serviço público televisivo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SCHMIDT, L. (2000). Sociologia do ambiente: genealogia de uma dupla emergência. *Análise Social*, Lisboa, n. 150.
- SCHERER-WARREN, Ilse (1996). Novos atores e práticas políticas ambientalistas na era da globalização. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.21, n.1, p.139-48, jan./ jun. 1996.
- SOROMENHO-MARQUES, J. V. (1996). *Ambiente e futuro: o caso português*. Matosinhos: C.M. de Matosinhos.
- SOROMENHO-MARQUES J. V. (2001). Ambientalismo e política em Portugal: Valores e facetas de um arco-íris débil. In C. BECKERT (Coord.), *Natureza e ambiente: representações na cultura portuguesa*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- SOUZA, J. P. (2000). *As notícias e seus efeitos: as teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos meios jornalísticos*. Coimbra: Minerva-Coimbra.
- SOUZA, J. P. (2003). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- VIOLA, E. J. (1987). O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 1(3).
- VIOLA, E. J. (1992). O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. (1989). O movimento ecológico no Brasil: do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. (Org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: *Espaço e Tempo*.
- VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. (1995). O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, Eduardo J. et al. *Meio Ambiente Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, p.134-160.
- VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. (1992). A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D. J. & VIEIRA, P. F. (Org.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas: EdUnicamp, p. 73-102.